



Câmara dos Deputados

Relatório consolidado da Lei de Acesso à Informação 1º/5/2016 a 30/4/2017



Serviço de Informação ao Cidadão (CID-CD)

Brasília | maio de 2017

Mesa da Câmara dos Deputados

55ª Legislatura – 2015-2019

Presidente

Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente

Fábio Ramalho

2º Vice-Presidente

André Fufuca

1º Secretário

Giacobo

2ª Secretária

Mariana Carvalho

3º Secretário

JHC

4º Secretário

Rômulo Gouveia

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Dagoberto Nogueira

2º Suplente

César Halum

3º Suplente

Pedro Uczai

4º Suplente

Carlos Manato

Diretor-Geral

Lúcio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa

Wagner Soares Padilha



Câmara dos
Deputados

Relatório consolidado da Lei de Acesso à Informação 1º/5/2016 a 30/4/2017

**Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2017**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral: Lúcio Henrique Xavier Lopes

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: André Freire da Silva

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretora: Ana Lígia Mendes

COORDENAÇÃO DE RELACIONAMENTO, PESQUISA E INFORMAÇÃO

Diretora: Katiúcia Araujo Gumieiro

Preparação de texto: Luzimar Paiva e Sandra Serra

Revisão de provas: Danielle Ribeiro

Projeto gráfico de capa: Mariana Rausch

Diagramação: Patrícia Weiss e Mariana Rausch

COMITÊ ASSESSOR DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Diretoria-Geral: Cassia Regina Ossipe Martins Botelho

Secretaria-Geral da Mesa

Diretoria Administrativa

Diretoria de Recursos Humanos

Diretoria Legislativa

Secretaria de Controle Interno

Secretaria de Comunicação Social

Assessoria Técnica da Diretoria-Geral

Centro de Documentação e Informação

Centro de Informática

Departamento de Comissões

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Coordenação: Centro de Documentação e Informação

SIC-Central: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – Cedi

SIC Setoriais: Secretaria de Comunicação Social, Departamento de Comissões,

Ouvidoria e Departamento de Taquigrafia

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – Cedi
Coordenação Edições Câmara – Coedi
Anexo II – Praça dos Três Poderes
Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5809
editora@camara.leg.br

SÉRIE
Gestão Institucional. Relatórios.
n. 10

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Serviço de Informação ao Cidadão.
Relatório consolidado da Lei de acesso à informação [recurso eletrônico] : 1º/5/2016 a 30/4/2017 / Câmara dos Deputados, [Serviço de Informação ao Cidadão]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série gestão institucional. Relatórios ; n. 10)

Versão PDF.
Modo de acesso: livraria.camara.leg.br

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Serviço de informação ao Cidadão, relatório, 2016-2017. 2. Serviço de informação, relatório, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 342.532:342.72/73(81)

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Estatísticas das solicitações de informação.....	7
Solicitações recebidas, atendidas, indeferidas e em tramitação.....	8
Solicitações recebidas mensalmente, por macrotemas.....	9
Quantidade mensal de atendimentos presenciais no Balcão de Informações do SIC-CD, por tipo de informação fornecida.....	10
Quantidade mensal de solicitações de informação finalizadas, por prazo de resposta.....	11
Quantidade mensal de solicitações indeferidas, por razão da negativa de acesso.....	12
Quantidade mensal de recursos recebidos.....	13
Quantidade mensal de solicitações recebidas, por canal de entrada.....	14
Estatísticas sobre solicitantes de informação.....	15
Quantidade mensal de solicitações recebidas pelo SIC-Central, por categoria de solicitante – maio/16 a dez./16.....	16
Quantidade mensal de solicitações recebidas, por categoria de solicitante – dez./16 a abr./17.....	17
Distribuição percentual de solicitações recebidas, por gênero do solicitante – maio/16 a abr./17.....	18
Distribuição percentual de solicitações recebidas, por faixa etária do solicitante – maio/16 a abr./17.....	18
Distribuição percentual de solicitações recebidas, por região geográfica do solicitante – maio/16 a abr./17.....	18
Distribuição percentual de solicitações recebidas, por grau de instrução do solicitante – maio/16 a abr./17.....	19
Documentos classificados em grau de sigilo pela Câmara dos Deputados.....	20
Nota introdutória.....	21
Rol de documentos classificados em grau de sigilo, por órgão produtor da informação.....	22
Rol de documentos desclassificados nos últimos doze meses.....	28
Apêndice metodológico.....	29
Sobre o serviço SIC-CD.....	30
Abrangência das estatísticas.....	30
Solicitações de acesso a informação: conceitos utilizados.....	30
Motivos de indeferimento de acesso a informação.....	31
Macrotemas das solicitações de acesso a informação.....	31
Categorias de solicitantes.....	32
Conceitos relacionados à informação classificada em grau de sigilo.....	34

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 12.257/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), em vigência desde maio de 2012, estabelece aos órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta o dever de adotarem procedimentos que assegurem o direito fundamental de acesso a informação, previsto no art. 5º, XXXIII, da CF/1988. A LAI estabelece, ainda, diretrizes para uma gestão transparente da informação de forma a propiciar amplo acesso e ampla divulgação e, ao mesmo tempo, garantir sua proteção, disponibilidade, autenticidade e integridade.

Com base nesses preceitos, a Câmara dos Deputados apresenta à sociedade relatório referente aos anos de 2016 e 2017, contendo o rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses e dos documentos classificados em cada grau de sigilo, dados contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações sobre o perfil dos solicitantes. Essa ação atende ao art. 30 da Lei nº 12.527/2011, o qual dispõe que cabe ao órgão publicar, anualmente, tais informações na internet.

Em relação aos relatórios de anos anteriores, esta Casa Legislativa registra uma inovação: o uso de uma nova plataforma tecnológica para atendimento às solicitações de informações dos cidadãos.

Disponível para a sociedade desde **20 de dezembro de 2016** e acessível por meio do Portal da Câmara dos Deputados, no canal Fale Conosco, o novo aplicativo tem por objetivos, dentre outros, dar suporte às ações de gestão de relacionamento com a sociedade, com funcionalidades que facilitarão o monitoramento das interações, a consolidação dos dados, a integração de iniciativas entre os órgãos da Câmara e também a mensuração da satisfação do cidadão em relação à qualidade do atendimento prestado por esta Casa.

O presente relatório refere-se ao período compreendido entre **1º de maio de 2016** e **30 de abril de 2017**, sendo que as demandas recebidas entre os dias **20 de dezembro de 2016** e **30 de abril de 2017** foram processadas por intermédio do novo sistema. O relatório está dividido em três seções e um apêndice metodológico.

A primeira seção traz tabelas e gráficos relacionados às solicitações de informação recebidas, atendidas e indeferidas pela Câmara dos Deputados. Há, ainda, dados consolidados sobre a quantidade mensal de atendimentos presenciais no balcão de triagem do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-CD), a distribuição temática dos requerimentos, as razões para indeferimento, a distribuição dos prazos de resposta e os canais de entrada das solicitações e quantitativos de recursos.

Registre-se que 82% dos 23.161 requerimentos recebidos por esta Casa Legislativa foram respondidos em até 24 horas. Ademais, das solicitações que tiveram seu atendimento finalizado no período considerado neste relatório, somente 36 foram indeferidas.

A segunda seção apresenta dados estatísticos distribuídos de acordo com os perfis dos solicitantes (categoria, localização geográfica, faixa etária, gênero e grau de instrução). A região Sudeste, como nos anos anteriores, foi a que mais apresentou solicitações de acesso a informação (38%). A maioria dos solicitantes continua sendo do gênero masculino (56%) e cerca de 60% dos requerentes possuem mais de 31 anos de idade.

A terceira seção traz a lista das informações classificadas com grau de sigilo (reservado, secreto ou ultrassecreto) e a desclassificada por esta Casa Legislativa no período em questão.

Por fim, o apêndice metodológico fornece definições, conceitos e procedimentos utilizados para gerar os dados estatísticos sobre o acesso a informação na Câmara dos Deputados.

Estatísticas das solicitações de informação



Solicitações recebidas, atendidas, indeferidas e em tramitação

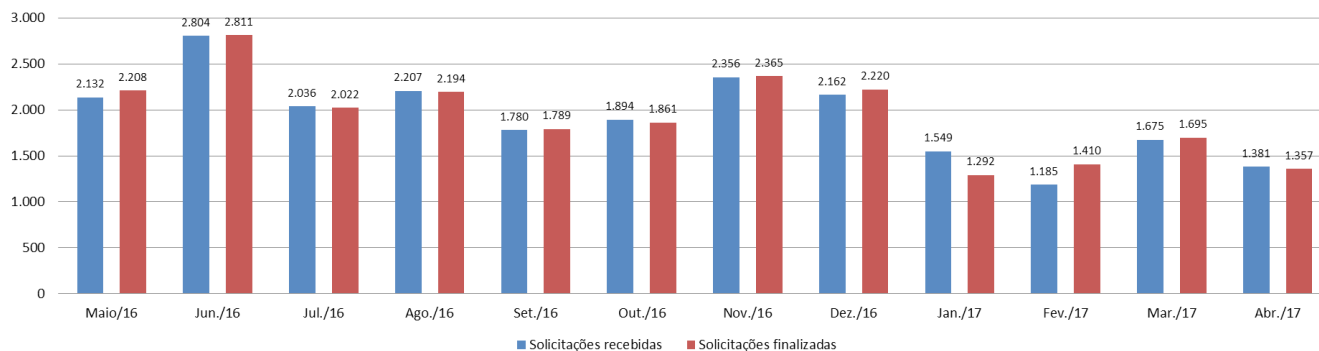
Tabela 1

Mês/ano	Solicitações recebidas	Solicitações finalizadas			Solicitações em tramitação
		Total	Indeferidas	Atendidas	
Maio/16	2.132	2.208	5	2.203	25
Jun./16	2.804	2.811	6	2.805	18
Jul./16	2.036	2.022	1	2.021	32
Ago./16	2.207	2.194	6	2.188	45
Set./16	1.780	1.789	0	1.789	36
Out./16	1.894	1.861	2	1.859	69
Nov./16	2.356	2.365	5	2.360	60
Dez./16	2.162	2.220	1	2.219	2
Jan./17	1.549	1.292	2	1.290	259
Fev./17	1.185	1.410	1	1.409	34
Mar./17	1.675	1.695	1	1.694	14
Abr./17	1.381	1.357	6	1.351	38
TOTAL	23.161	23.224	36	23.188	

Fonte: SIC-CD

Nota: ver no apêndice metodológico as definições das informações recebidas, finalizadas, atendidas, indeferidas e em tramitação.

Gráfico 1



Fonte: SIC-CD.

Solicitações recebidas mensalmente, por macrotemas

Tabela 2

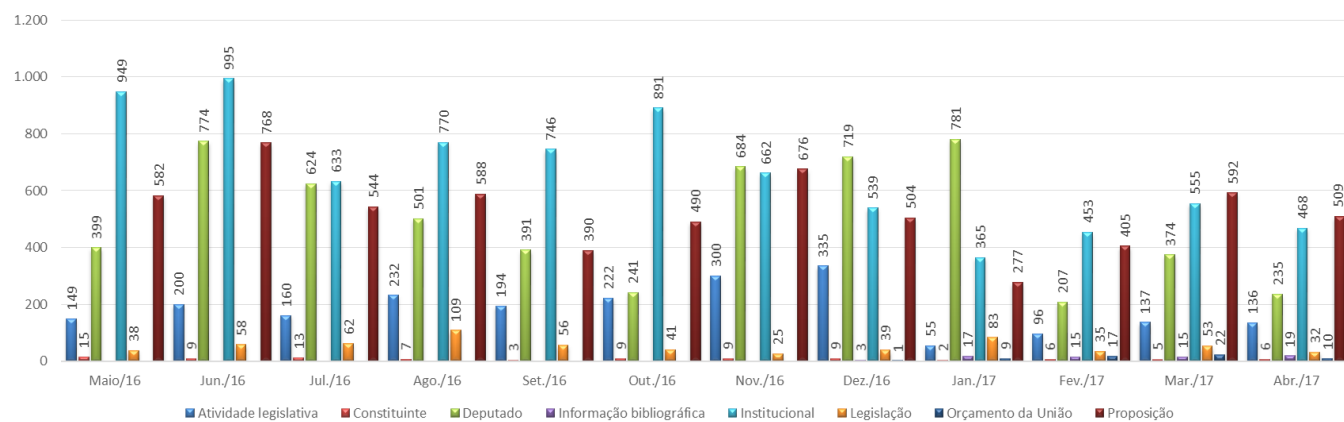
Mês/ano	Macrotemas								Total
	Atividade legislativa	Constituinte	Deputado	Informação bibliográfica	Institucional	Legislação	Orçamento da União	Proposição	
Maio/16	149	15	399	-	949	38	-	582	2.132
Jun./16	200	9	774	-	995	58	-	768	2.804
Jul./16	160	13	624	-	633	62	-	544	2.036
Ago./16	232	7	501	-	770	109	-	588	2.207
Set./16	194	3	391	-	746	56	-	390	1.780
Out./16	222	9	241	-	891	41	-	490	1.894
Nov./16	300	9	684	-	662	25	-	676	2.356
Dez./16	335	9	719	3	539	39	1	504	2.149
Jan./17	55	2	781	17	365	83	9	277	1.589
Fev./17	96	6	207	15	453	35	17	405	1.234
Mar./17	137	5	374	15	555	53	22	592	1.753
Abr./17	136	6	235	19	468	32	10	509	1.415
TOTAL	2.216	93	5.930	69	8.026	631	59	6.325	23.349

Fonte: SIC-CD.

Nota 1: ver no apêndice metodológico as definições das informações compreendidas em cada macrotema.

Nota 2: a partir de 20 de dezembro de 2016, as solicitações de informação compreendidas pelos macrotemas "Informação bibliográfica" e "Orçamento da União" passaram a integrar os atendimentos abrangidos pelo escopo da Lei nº 12.527/2011.

Gráfico 2



Fonte: SIC-CD.

Quantidade mensal de atendimentos presenciais no Balcão de Informações do SIC-CD, por tipo de informação fornecida

Tabela 3

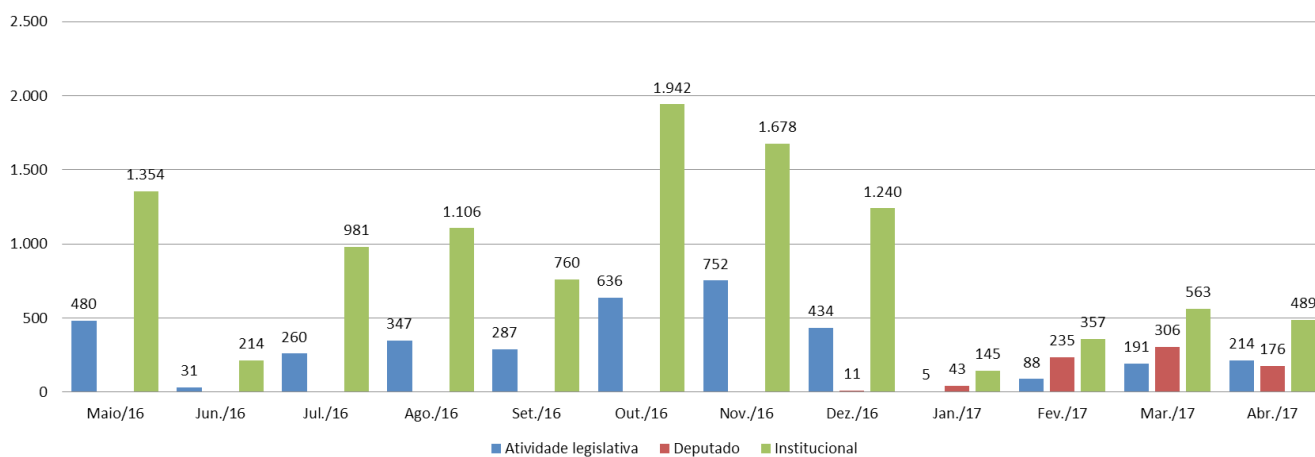
Mês/ano	Tipo de informação			
	Atividade legislativa	Deputado	Institucional	Total
Maio/16	480	-	1.354	1.834
Jun./16	31	-	214	245
Jul./16	260	-	981	1.241
Ago./16	347	-	1.106	1.453
Set./16	287	-	760	1.047
Out./16	636	-	1.942	2.578
Nov./16	752	-	1.678	2.430
Dez./16	434	11	1.240	1.685
Jan./17	5	43	145	193
Fev./17	88	235	357	680
Mar./17	191	306	563	1.060
Abr./17	214	176	489	879
TOTAL	3.725	771	10.829	15.325

Fonte: Balcão de Informações do SIC-CD.

Nota 1: ver no apêndice metodológico os conceitos dos tipos de informação.

Nota 2: a partir de 20 de dezembro de 2016, as solicitações de informação compreendidas pelo tipo de informação "Deputado" passaram a integrar os atendimentos presenciais no Balcão de Informações do SIC-CD. Para mais informações, ver apêndice metodológico.

Gráfico 3



Fonte: Balcão de Informações do SIC-CD.

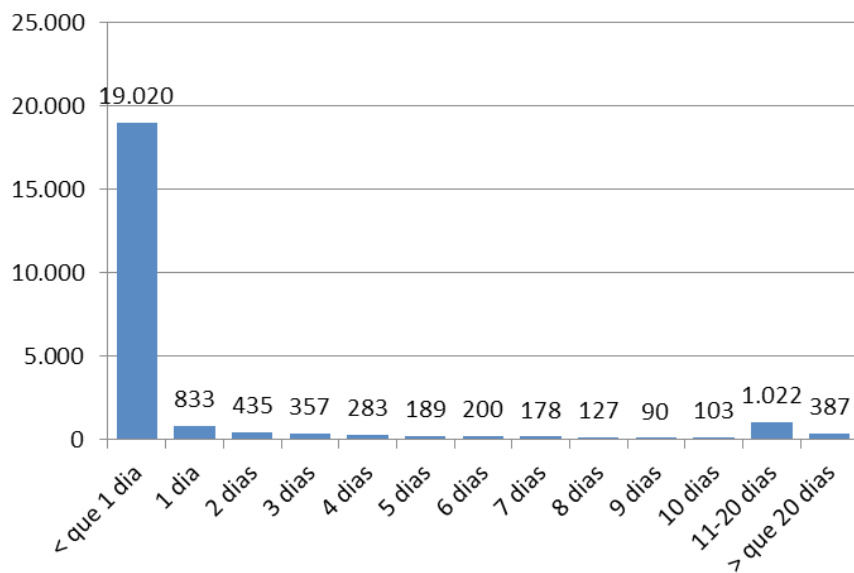
Quantidade mensal de solicitações de informação finalizadas, por prazo de resposta

Tabela 4

Mês/ano	< que 1 dia	1 dia	2 dias	3 dias	4 dias	5 dias	6 dias	7 dias	8 dias	9 dias	10 dias	11-20 dias	> que 20 dias	Total
Maio/16	1.824	74	28	29	29	13	31	13	17	9	7	91	43	2.208
Jun./16	2.464	99	38	37	18	19	26	13	7	8	5	58	19	2.811
Jul./16	1.754	84	26	26	20	8	9	15	7	2	12	44	15	2.022
Ago./16	1.878	109	30	27	28	8	12	11	6	17	8	44	16	2.194
Set./16	1.371	94	59	60	34	24	21	17	16	7	13	50	23	1.789
Out./16	1.427	70	68	40	47	47	37	26	13	7	9	57	13	1.861
Nov./16	2.036	75	35	27	18	14	25	29	19	10	2	54	21	2.365
Dez./16	1.883	72	42	27	15	15	13	14	12	14	5	78	30	2.220
Jan./17	833	36	17	15	12	5	7	7	6	1	3	166	184	1.292
Fev./17	1.008	27	25	19	20	9	5	7	7	3	5	273	2	1.410
Mar./17	1.378	60	36	35	28	11	11	8	11	4	17	84	12	1.695
Abr./17	1.164	33	31	15	14	16	3	18	6	8	17	23	9	1.357
TOTAL	19.020	833	435	357	283	189	200	178	127	90	103	1.022	387	23.224

Fonte: SIC-CD.

Gráfico 4



Fonte: SIC-CD.

Quantidade mensal de solicitações indeferidas, por razão da negativa de acesso

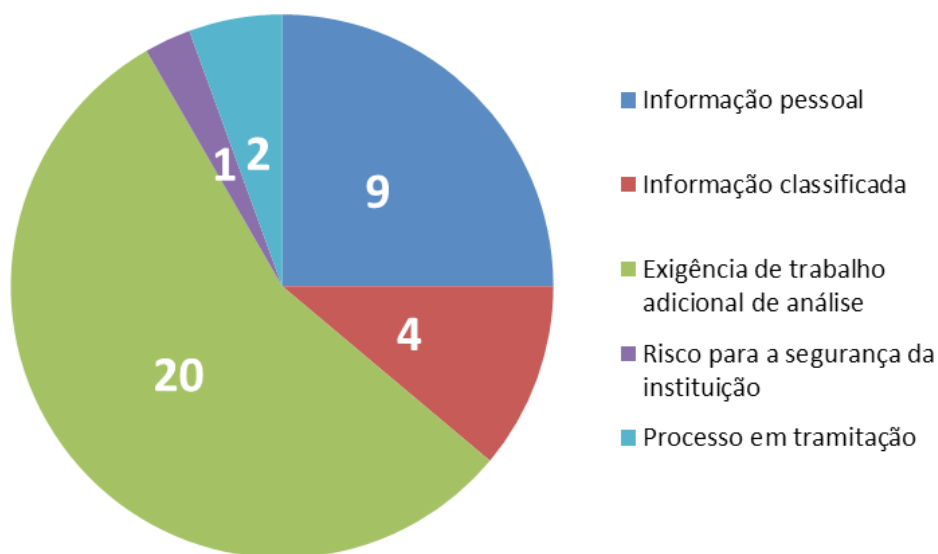
Tabela 5

Descrição	Quantidade												Total
	Maio/16	Jun./16	Jul./16	Ago./16	Set./16	Out./16	Nov./16	Dez./16	Jan./17	Fev./17	Mar./17	Abr./17	
Informação pessoal	1	0	0	3	0	0	2	1	1	0	0	1	9
Informação classificada	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Exigência de trabalho adicional de análise	1	2	1	3	0	2	3	0	1	1	1	5	20
Risco para a segurança da instituição	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo em tramitação	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	5	6	1	6	0	2	5	1	2	1	1	6	36

Fonte: SIC-CD.

Nota: ver no apêndice metodológico as definições para as razões da negativa de acesso.

Gráfico 5



Fonte: SIC-CD.

Quantidade mensal de recursos recebidos

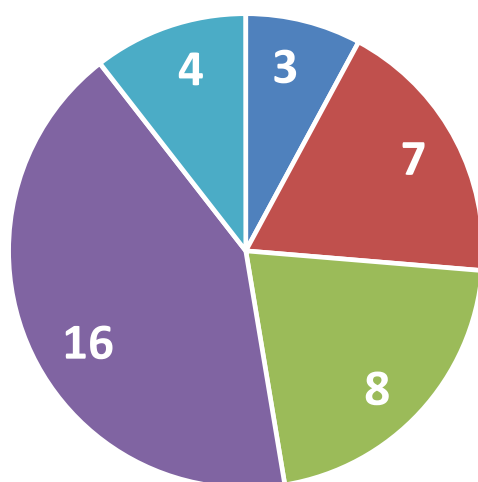
Tabela 6

Descrição	Quantidade					
	Dez./16	Jan./17	Fev./17	Mar./17	Abr./17	Total
Recursos	3	7	8	16	4	38

Fonte: SIC-CD.

Nota: a partir de 20 de dezembro de 2016, os quantitativos de recursos começaram a ser registrados, em razão da implantação de novo sistema de atendimento, conforme descrito no texto de apresentação deste relatório.

Gráfico 6



■ Dez./16 ■ Jan./17 ■ Fev./17 ■ Mar./17 ■ Abr./17

Fonte: SIC-CD.

Quantidade mensal de solicitações recebidas, por canal de entrada

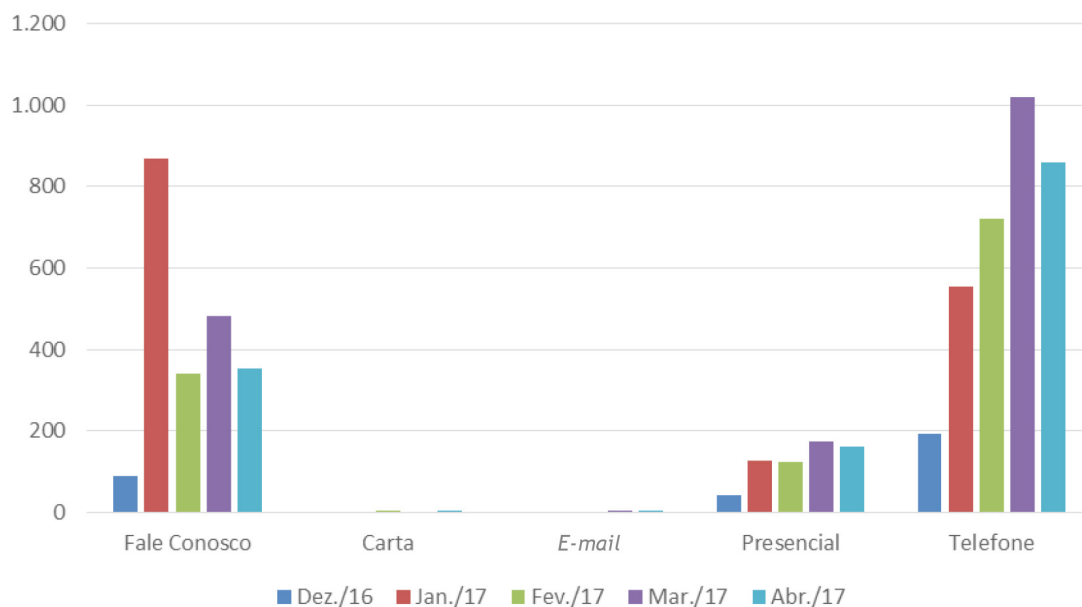
Tabela 7

Descrição	Quantidade					
	Dez./16	Jan./17	Fev./17	Mar./17	Abr./17	Total
Fale Conosco	90	869	340	483	354	2.136
Carta	0	0	2	0	3	5
E-mail	0	0	0	1	1	2
Presencial	41	126	123	173	163	626
Telefone	192	554	720	1.018	860	3.344
TOTAL	323	1.549	1.185	1.675	1.381	6.113

Fonte: SIC-CD.

Nota: a partir de 20 de dezembro de 2016, os quantitativos de solicitações recebidas, por canal de entrada, começaram a ser registrados, em razão da implantação de novo sistema de atendimento, conforme descrito no texto de apresentação deste relatório.

Gráfico 7



Fonte: SIC-CD.

Estatísticas sobre solicitantes de informação



Quantidade mensal de solicitações recebidas pelo SIC-Central, por categoria de solicitante – maio/16 a dez./16

Tabela 8

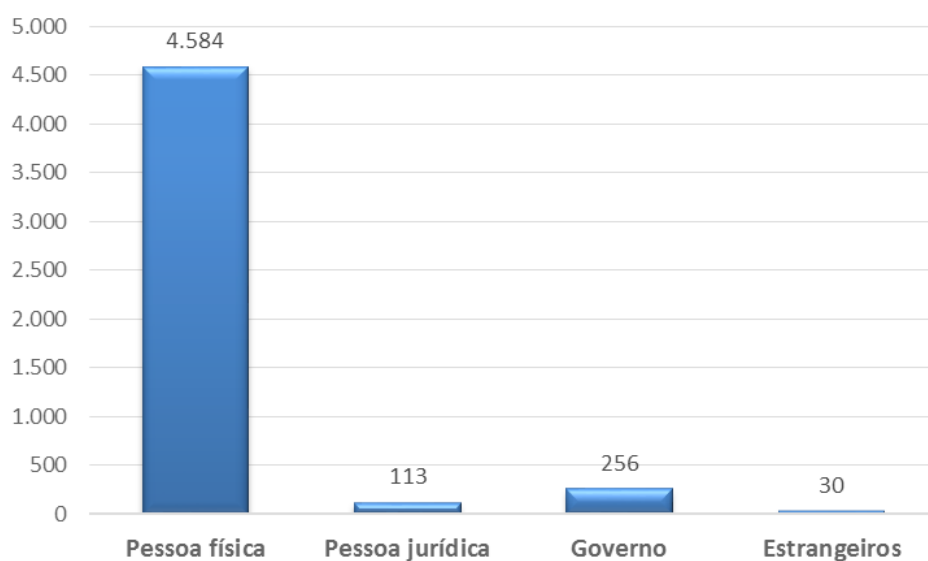
Mês/ano	Pessoa física				Pessoa jurídica de direito privado			Entidades governamentais					Estrangeiros	Total geral
	Total	Cidadão	Jornalista	Pesquisador	Total	Empresa	Sociedade civil organizada	Total	Poder Executivo	Poder Judiciário/ Ministério Público	Poder Legislativo/ Tribunal de Contas	Outros órgãos do governo		
Maio/16	554	506	3	45	25	18	7	51	18	4	20	9	2	632
Jun./16	762	699	13	50	21	12	9	42	11	2	23	6	2	827
Jul./16	492	436	20	36	26	20	6	41	12	4	17	8	15	574
Ago./16	601	545	5	51	11	4	7	37	10	8	10	9	1	650
Set./16	628	594	11	23	8	2	6	22	3	3	6	10	0	658
Out./16	619	578	9	32	12	7	5	24	6	5	9	4	4	659
Nov./16	577	516	15	46	4	3	1	27	11	3	9	4	5	613
Dez./16	351	318	12	21	6	2	4	12	3	1	5	3	1	370
TOTAL	4.584	4.192	88	304	113	68	45	256	74	30	99	53	30	4.983

Fonte: SIC-Central.

Nota 1: outros órgãos de governo referem-se a bibliotecas de órgãos públicos.

Nota 2: a partir de 20 de dezembro de 2016, os dados sobre a categoria do solicitante passaram a ser registrados de acordo com novos parâmetros. Para mais informações, ver apêndice metodológico.

Gráfico 8



Fonte: SIC-Central.

Quantidade mensal de solicitações recebidas, por categoria de solicitante – dez./16 a abr./17

Tabela 9

Mês/ano	Pessoa física											Total
	Aposentado	Empregado no setor privado	Empresário/empreendedor	Estudante	Jornalista	Membro de ONG	Pesquisador	Profissional liberal/ autônomo	Servidor público	Outros	Não informado	
Dez./16	58	20	7	18	5	0	4	28	50	75	51	316
Jan./17	129	60	30	290	23	1	21	161	135	510	171	1.531
Fev./17	190	82	16	95	23	0	29	53	241	305	138	1.172
Mar./17	309	141	21	150	48	1	29	82	218	419	230	1.648
Abr./17	250	94	19	111	31	4	25	83	174	361	219	1.371
TOTAL	936	397	93	664	130	6	108	407	818	1.670	809	6.038

Fonte: SIC-CD.

Nota: a partir de 20 de dezembro de 2016, os dados sobre a categoria do solicitante passaram a ser registrados de acordo com novos parâmetros. Para mais informações, ver apêndice metodológico.

Tabela 10

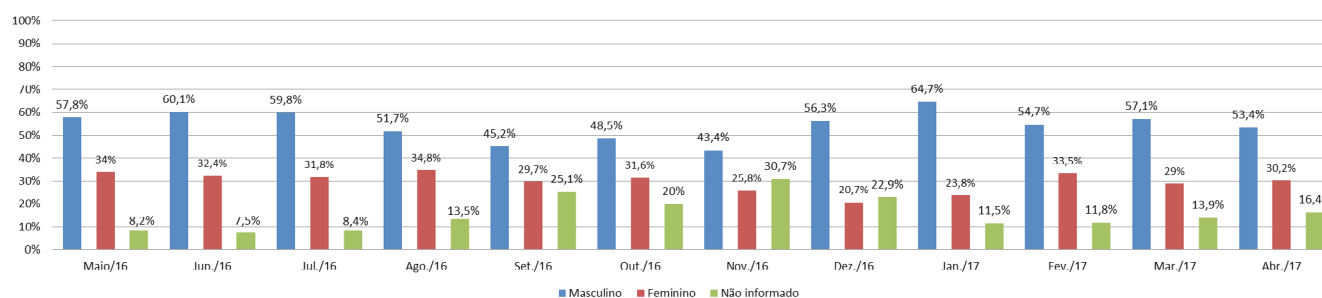
Mês/ano	Pessoa jurídica										Estrangeiros	Total
	Biblioteca/ centro de documentação	Empresa privada	Escritório de advocacia	Imprensa	Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo	Organização não governamental	Sindicato/ conselho profissional	Outros		
Dez./16	1	0	0	0	0	0	2	0	4	0	0	7
Jan./17	2	0	0	1	1	0	1	1	0	8	3	17
Fev./17	2	7	0	0	2	0	0	1	1	0	0	13
Mar./17	6	4	0	1	1	1	5	1	1	5	2	27
Abr./17	0	3	1	0	1	0	1	1	0	2	2	11
TOTAL	11	14	1	2	5	1	9	4	6	15	7	75

Fonte: SIC-CD.

Nota: a partir de 20 de dezembro de 2016, os dados sobre a categoria do solicitante passaram a ser registrados de acordo com novos parâmetros. Para mais informações, ver apêndice metodológico.

Distribuição percentual de solicitações recebidas, por gênero do solicitante – maio/16 a abr./17

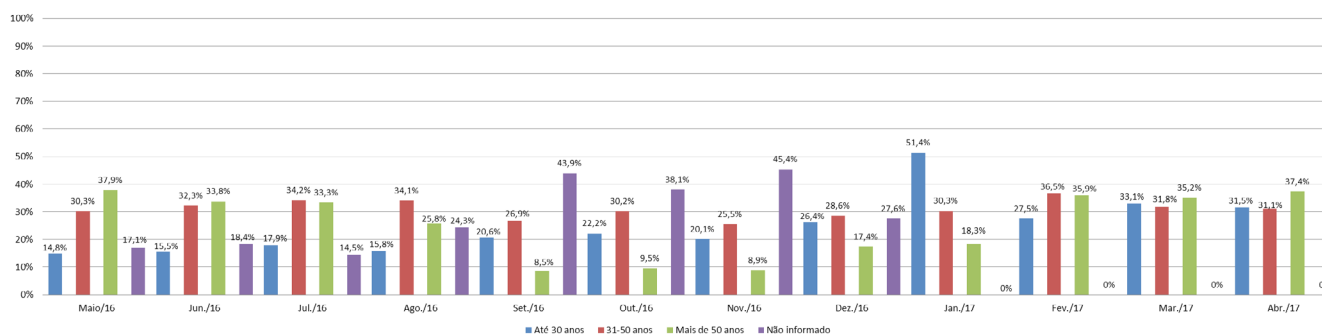
Gráfico 9



Fonte: SIC-CD.

Distribuição percentual de solicitações recebidas, por faixa etária do solicitante – maio/16 a abr./17

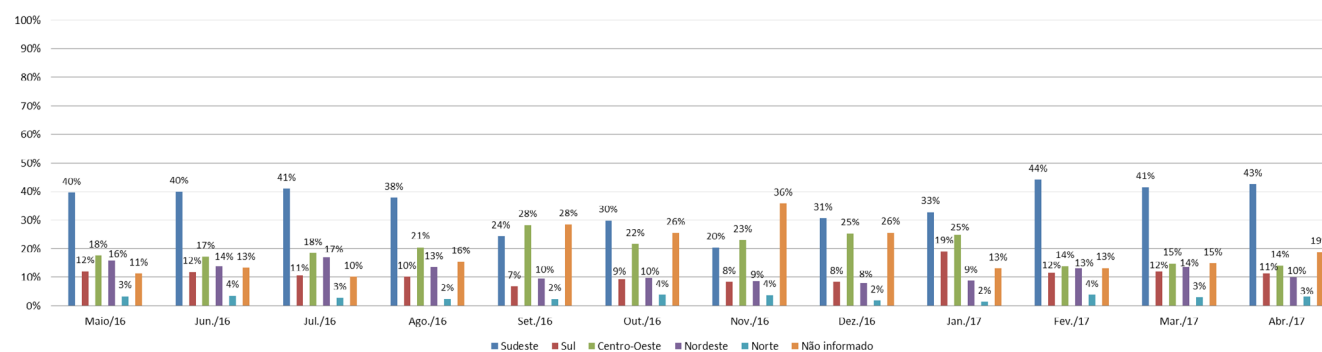
Gráfico 10



Fonte: SIC-CD.

Distribuição percentual de solicitações recebidas, por região geográfica do solicitante – maio/16 a abr./17

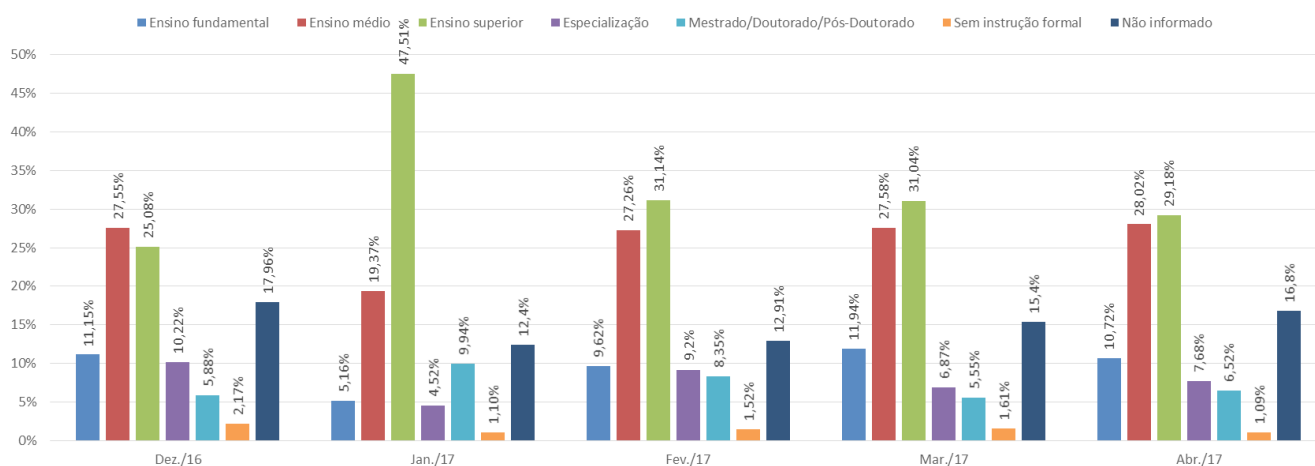
Gráfico 11



Fonte: SIC-CD.

Distribuição percentual de solicitações recebidas, por grau de instrução do solicitante – maio/16 a abr./17

Gráfico 12



Fonte: SIC-CD.

Nota: a partir de 20 de dezembro de 2016, os quantitativos de solicitações recebidas, por grau de instrução do solicitante, começaram a ser registrados, em razão da implantação de novo sistema de atendimento, conforme descrito no texto de apresentação deste relatório.

Documentos classificados em grau de sigilo pela Câmara dos Deputados



Nota introdutória

Anualmente, os órgãos e entidades da administração pública devem divulgar, em sítio da internet, lista de documentos classificados em cada grau de sigilo (reservado, secreto ou ultrassecreto), com descrição que permita pesquisas futuras e correta recuperação. Esse dever, decorrente do princípio da publicidade e legitimado pela LAI (art. 30, I e II), busca possibilitar o controle dos atos da administração pública no tocante a informações sigilosas. Com esse mesmo objetivo, é também obrigação dessas instituições divulgar rol de informações desclassificadas nos doze meses anteriores à publicação.

No período compreendido entre 1º de maio de 2016 e 30 de abril de 2017, a Câmara dos Deputados, por meio de alguns de seus órgãos, sobretudo das comissões parlamentares de inquérito (CPI), classificou informações nos termos do art. 23 da LAI. Classificaram informações as seguintes CPIs: Fundos de Pensão, Carf, Máfia do Futebol, Funai e Incra. Essas classificações tiveram fundamento legal no Ato da Mesa nº 45/2012, artigos 18, VIII, e 19, §§ 6º, 7º e 8º, e na LAI, art. 23, VIII. Os dispositivos visam resguardar a investigação parlamentar, além de garantir a vida e a integridade física de depoentes e denunciante que colaboram com os trabalhos dos órgãos de investigação da Casa.

No mesmo período, foram classificadas informações relativas a processos de suprimento de fundos, com vistas a resguardar a segurança do presidente da Câmara dos Deputados (fundamento legal no Ato da Mesa nº 45/2012, art. 18, VII e VIII, *b*, e art. 19, § 2º, e na LAI, art. 23, VII).

Houve uma desclassificação, efetuada pela CPI-Máfia do Futebol ainda durante o seu prazo de funcionamento.

Os conjuntos de documentos são apresentados a seguir, separados por órgão produtor da informação. Há a indicação do grau, prazo, assunto e fundamento legal para imposição do sigilo, bem como da data de término do seu prazo ou do evento que define o seu termo final.

Rol de documentos classificados em grau de sigilo, por órgão produtor da informação

1) Departamento de Polícia Legislativa – 2016

GRAU	ASSUNTO	FUNDAMENTO LEGAL	EVENTO QUE DEFINE O TERMO FINAL
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 110.418/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 110.420/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 110.521/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 118.144/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 118.145/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 118.146/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 118.148/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 119.038/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 119.039/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 119.040/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 119.637/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 122.032/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 122.364/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 123.671/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 123.992/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 124.570/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 124.679/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 124.680/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 125.026/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 125.610/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 125.753/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.078/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.342/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.346/2015	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura

GRAU	ASSUNTO	FUNDAMENTO LEGAL	EVENTO QUE DEFINE O TERMO FINAL
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 125.186/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 125.185/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 125.201/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.168/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.172/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.452/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.450/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 126.660/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 128.033/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 128.038/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 129.876/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 130.946/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 131.577/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 131.598/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura
Reservado	Suprimento de fundos – Processo nº 131.607/2016	Art. 23, VII, da Lei nº 12.527/2011 c/c arts. 18, VII e VIII, b, e 19, § 2º, do Ato da Mesa nº 45/2012	Término da 55ª Legislatura

2) Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes (CPI-Fundo)

GRAU	PRAZO	ASSUNTO	FUNDAMENTO LEGAL	TÉRMINO DO PRAZO DE SIGILO
Reservado	5 anos	Ata, áudio e notas taquigráficas da parte reservada da 18ª Reunião da CPI, realizada em 15/10/2015	Art. 18, VIII, c/c art. 19, § 7º, do Ato da Mesa nº 45/2012	15/10/2020

3) Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf (CPI-Carf)

GRAU	PRAZO	ASSUNTO	FUNDAMENTO LEGAL	TÉRMINO DO PRAZO DE SIGILO
Reservado	5 anos	Áudio e notas taquigráficas da 8ª Reunião da CPI, de caráter reservado, realizada em 5/4/2016	Art. 22 da Lei nº 12.527/2011 c/c art. 4º, § 1º, do Ato da Mesa nº 45/2012	5/4/2021

4) Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar as denúncias noticiadas no dia 27 de maio de 2015, sobre sete dirigentes da Fifa acusados de vários crimes, incluindo fraude, suborno e formação de quadrilha, e presos na Suíça (há o envolvimento de três brasileiros, conforme o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, sendo um deles José Maria Marin, ex-presidente da CBF e atual vice-presidente da instituição) – Máfia do Futebol (CPI-Mafut)

GRAU	PRAZO	ASSUNTO	FUNDAMENTO LEGAL	TÉRMINO DO PRAZO DE SIGILO
Reservado	5 anos	Contrato de uso de espaços para fins publicitários entre Tintas Iquine Ltda. e Esporte Clube Vitória	Art. 1º da Lei nº 10.603/2002 c/c art. 18, VIII, do Ato da Mesa nº 45/2012	26/4/2021

5) Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos (CPI-Funai)

GRAU	PRAZO	ASSUNTO	FUNDAMENTO LEGAL	TÉRMINO DO PRAZO DE SIGILO
Reservado	5 anos	Informações colhidas pela equipe técnica da CPI em diligências externas reservadas realizadas for força dos Requerimentos nº 158 e 161/2016, aprovados pelo colegiado	Art. 20 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), c/c art. 6º da Lei nº 1.579/1952	14/3/2021
Reservado	5 anos	Análise da questão de ordem apresentada pelo deputado Nilto Tatto na reunião ordinária da CPI do dia 12/4/2016	Art. 23, VIII, da Lei nº 12.527/2011 e art. 20 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), c/c art. 6º da Lei nº 1.579/1952	28/4/2021
Ultrassegredo	25 anos	Informações prestadas por cidadão, comunicando fatos relativos ao objeto da investigação da comissão parlamentar de inquérito	Art. 20 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), c/c art. 19, § 8º, do Ato da Mesa nº 45/2012	12/11/2040
Ultrassegredo	25 anos	Requerimento da CPI ao diretor do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, em caráter reservado, solicitando a elaboração de relatório e disponibilização de imagens do circuito interno CFTV da Câmara dos Deputados	Art. 18, VIII, c/c art. 19, § 8º, do Ato da Mesa nº 45/2012	22/6/2041

GRAU	PRAZO	ASSUNTO	FUNDAMENTO LEGAL	TÉRMINO DO PRAZO DE SIGILO
Ultrassegredo	25 anos	Solicitação à diretora do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados da degravação de dois CDs contendo a íntegra de gravação de reunião reservada (registro de comunicação de fato), realizada no dia 1/6/2016, na sala da relatoria da CPI, por servidores designados pela comissão, e outro CD com registro de três áudios entregues à equipe técnica da CPI pelo comunicante no dia 21/6/2016, conforme solicitação do presidente, deputado Alceu Moreira	Art. 23, VIII, da Lei 12.527/2012 c/c arts. 18, VIII, e 19, § 8º, do Ato da Mesa nº 45/2012; e art. 20 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941)	23/6/2041
Ultrassegredo	25 anos	Requerimento de submissão à deliberação do plenário da comissão do pedido de requisição para afastamento do sigilo fiscal e bancário nos termos que especifica	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	6/7/2041
Ultrassegredo	25 anos	Áudio e respectiva degravação da reunião de caráter reservado realizada pela CPI em 1/6/2016	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	6/7/2041
Ultrassegredo	25 anos	Notas taquigráficas da parte reservada da 34ª reunião da CPI, realizada em 6/7/2016	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	6/7/2041
Ultrassegredo	25 anos	Encaminhamento de informações ao ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal, referentes ao Mandado de Segurança nº 34.295, acerca do Requerimento nº 292/2016 (reservado), aprovado pelo colegiado	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	8/8/2041
Ultrassegredo	25 anos	Encaminhamento de informações à ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, referentes ao Mandado de Segurança nº 34.290, acerca do Requerimento nº 292/2016 (reservado), aprovado pelo colegiado	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	9/8/2041
Ultrassegredo	25 anos	Encaminhamento de informações à ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, referentes ao Mandado de Segurança nº 34.298, acerca do Requerimento nº 292/2016 (reservado), aprovado pelo colegiado	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	12/8/2041
Ultrassegredo	25 anos	Encaminhamento de informações ao ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, referentes ao Mandado de Segurança nº 34.299, acerca do Requerimento nº 292/2016 (reservado), aprovado pelo colegiado	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	12/8/2041
Ultrassegredo	25 anos	Encaminhamento de informações ao ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal, referentes ao Mandado de Segurança nº 34.305, acerca do Requerimento nº 292/2016 (reservado), aprovado pelo colegiado	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	17/8/2041
Ultrassegredo	25 anos	Solicitação ao presidente do Banco Central do Brasil e ao secretário da Receita Federal da transferência de sigilos bancário e fiscal, em atendimento ao Requerimento nº 292/2016 (reservado), aprovado pelo colegiado	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º do Ato da Mesa nº 45/2012	7/7/2041
Ultrassegredo	25 anos	Solicitação ao presidente do Banco Central do Brasil e ao secretário da Receita Federal da transferência de sigilos bancário e fiscal, em atendimento ao Requerimento nº 292/2016 (reservado), aprovado pelo colegiado	Art. 18, VIII, c/c art. 19, §1º, I, e § 6º, do Ato da Mesa nº 45/2012	11/7/2041

Rol de documentos desclassificados nos últimos doze meses

1) Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar as denúncias noticiadas no dia 27 de maio de 2015, sobre sete dirigentes da Fifa acusados de vários crimes, incluindo fraude, suborno e formação de quadrilha, e presos na Suíça (há o envolvimento de três brasileiros, conforme o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, sendo um deles José Maria Marin, ex-presidente da CBF e atual vice-presidente da instituição) – Máfia do Futebol (CPI-Mafut)

ASSUNTO	GRAU PRAZO	DATA DA PRODUÇÃO	DATA DA DESCLASSIFICAÇÃO
Contrato de uso de espaços para fins publicitários entre Tintas Iquine Ltda. e Esporte Clube Vitória	Reservado 5 anos	25/4/2016	3/5/2016

Apêndice metodológico



Sobre o serviço SIC-CD

O SIC-CD foi criado pelo Ato da Mesa nº 78/2013, em face do disposto no art. 9º da Lei nº 12.527/2011, e no inciso I do art. 6º do Ato da Mesa nº 45/2012. É constituído por um SIC-Central, que coordena quatro serviços setoriais (SIC-Setorial): Ouvidoria, Secretaria de Comunicação (Secom), Departamento de Comissões (Decom) e Departamento de Taquigrafia (Detaq). O SIC-Central é de responsabilidade da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi) do Centro de Documentação e Informação (Cedi).

O SIC-Setorial Ouvidoria responde exclusivamente solicitações de informação relativas à sua própria atuação.

O SIC-Setorial Secom é composto pela Central de Comunicação Interativa (0800), pela Coordenação de Participação Popular e pelo Balcão de Informações do SIC-CD, responsável pelo atendimento presencial aos cidadãos que visitam a Câmara dos Deputados. Além de fornecer informações de pronto atendimento relativas à atividade legislativa, aos deputados e à atuação institucional da Casa, o Balcão do SIC encaminha ao SIC-Central os cidadãos que solicitem outro tipo de informação.

O SIC-Setorial Decom responde por pedidos relativos às comissões permanentes e temporárias.

O SIC-Setorial Detaq atende solicitações relacionadas a pronunciamentos elaborados pelos parlamentares.

O processo de atendimento das solicitações de informação está em conformidade com o Ato da Mesa nº 58/2013, que estabelece diretrizes para a gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade. O atendimento das demandas está sistematizado em linhas e níveis. Linhas de atendimento são entendidas como os órgãos responsáveis pela recepção, triagem e resposta às demandas, segundo o uso ou não dos canais institucionais de interação direta com a sociedade. Os níveis de atendimento dizem respeito à complexidade das demandas e à possibilidade de pronta resolução, necessidade de pesquisa complementar ou de análise e decisão pela administração da Casa.

Abrangência das estatísticas

O relatório apresenta tabelas e gráficos com informações extraídas dos sistemas de gestão de demandas dos órgãos integrantes do SIC-CD restritas ao período de **1º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017**.

A última extração de dados para compor o presente relatório foi realizada às 11 horas do dia 2 de maio de 2017.

Solicitações de acesso a informação: conceitos utilizados

Solicitação de acesso a informação: todo e qualquer pedido sobre informações produzidas ou acumuladas pela Câmara dos Deputados na consecução de sua missão institucional, independentemente de ser citada a LAI, recebido por meio de quaisquer canais de atendimento disponíveis aos solicitantes.

Solicitações recebidas: corresponde ao total de solicitações de acesso a informação recebidas no mês de referência pelo SIC-CD em todos os canais de atendimento (eletrônico, telefônico e presencial). As informações prestadas de forma presencial por esse balcão relacionadas a temas institucionais, deputados e atividade legislativa são computadas separadamente, em virtude da impossibilidade de identificação do solicitante.

Solicitações finalizadas: corresponde ao somatório das solicitações atendidas e indeferidas no mês de referência.

Solicitações atendidas: total de solicitações para as quais foi concedido acesso total ou parcial às informações solicitadas no mês de referência.

Solicitações indeferidas: total de solicitações no mês de referência às quais se negou integralmente o acesso às informações solicitadas, por um dos motivos relacionados no item 4.

Solicitações em tramitação: corresponde ao estoque, no mês de referência, de solicitações que ainda estão em processamento. As solicitações em tramitação são calculadas por meio da fórmula:

$ST_t = (ST_{t-1} + SR_t) - SF_t$, na qual:

ST_t : solicitações em tramitação no mês (t);

ST_{t-1} : solicitações em tramitação no mês anterior (t-1);

SR_t : solicitações recebidas no mês (t); e

SF_t : solicitações finalizadas no mês (t).

Motivos de indeferimento de acesso a informação

Informação com restrição de acesso: informação produzida ou custodiada pela Câmara dos Deputados cuja divulgação tem o potencial de comprometer, por exemplo, a segurança do Estado ou da sociedade ou expor dados sobre a intimidade e a privacidade das pessoas ou informação cujo sigilo é garantido por outras legislações. Assim, são tipos de informação com restrição de acesso:

- a. **Informação pessoal:** relacionada à pessoa natural identificada ou identificável relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.
- b. **Informação classificada:** constante de documentos produzidos pela Câmara dos Deputados classificados com algum grau de sigilo ou recebidos de órgãos externos e por eles classificados como sigilosos, conforme os arts. 23 da LAI e 18 do Ato da Mesa nº 45/2012.
- c. **Informação cujo sigilo é garantido por outras legislações:** que envolva sigilo bancário, fiscal ou comercial, hipóteses de segredo de justiça e de segredo industrial, entre outras, de acordo com o art. 22 da LAI.

Informação que demande trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados ou informações: extrapola a obrigação de conceder acesso à informação primária, exigindo esforço adicional de consolidação e tratamento estatístico ou a elaboração de análises, inferências ou interpretações.

Informação constante de processo em tramitação: informação relacionada a processo cujo ato decisório ainda não tenha sido editado, conforme o art. 7º, § 3º, da LAI.

Informação que represente risco para a segurança da instituição: informação que diz respeito a dados ou que, se revelada, pode comprometer a segurança da Casa e de parlamentares, servidores e seus dependentes, nos termos do art. 18, incisos VII e VIII, do Ato da Mesa nº 45/2012.

Macrotemas das solicitações de acesso a informação

Atividade legislativa: informações relativas a audiências públicas; funcionamento e atuação de bancadas, lideranças e de blocos, frentes e grupos parlamentares; atas, relatórios, reuniões, sessões e funcionamento de comissões, Mesa Diretora, Presidência e Plenário; Regimento Interno; e missão oficial. No caso do Balcão de Informações do SIC-CD, as informações classificadas como atividade legislativa referem-se exclusivamente às agendas do Plenário e das comissões.

Constituinte: assembleias constituintes, elaboração das Constituições e Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Deputado: informações de deputados, individualizadas e identificadas, sobre o desempenho de suas atividades no exercício do mandato; dados biográficos fornecidos pelo parlamentar; pronunciamentos e

discursos; registros de votações em plenário e comissões; presença em plenário; participação e presença em comissões permanentes e temporárias; autoria e relatoria de proposições; histórico de movimentação parlamentar; eleição; remuneração e benefícios; passaportes diplomáticos; despesas médico-hospitalares; reembolso de despesas referentes à cota para o exercício da atividade parlamentar e a viagens em missão oficial; informações sobre gabinete parlamentar. No Balcão de Informações do SIC-CD, são atendidos apenas os pedidos de informações relativos a endereços e telefones dos gabinetes parlamentares.

Institucional: informações sobre despesas em geral realizadas pela Câmara; licitações, editais, contratos e auditoria; competências, estrutura organizacional, gestão estratégica, segurança e patrimônio; funcionamento da Câmara; quadro de pessoal, estrutura remuneratória, horário de trabalho, direitos e deveres trabalhistas; concursos, aposentadorias, canais de comunicação, publicações da Câmara, programas institucionais e eventos. No Balcão de Informações do SIC-CD, são atendidos apenas os pedidos de informações relativos a endereços e telefones dos órgãos da Câmara, bem como aos horários de atendimento ao público.

Legislação: legislação interna (resoluções, atos da Mesa, portarias e ordens de serviço da Câmara dos Deputados) e legislação federal.

Proposição: tramitação e informações sobre matérias deliberadas ou sujeitas à deliberação na Câmara dos Deputados e em suas comissões, a exemplo de projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, requerimentos, propostas de emenda à Constituição, etc.; e informações relativas à tramitação de proposições no âmbito da Câmara dos Deputados.

Categorias de solicitantes

Pessoa física: somatório dos cidadãos cuja ocupação seja aposentado, empregado no setor privado, empresário/empreendedor, estudante, jornalista, membro de ONG, pesquisador, profissional liberal/autônomo, servidor público e outros.

- **Aposentado:** indivíduo que obteve ou recebe aposentadoria.
- **Empregado no setor privado:** indivíduo que possui vínculo empregatício com uma empresa particular.
- **Empresário/empreendedor:** indivíduo que seja proprietário ou dirigente de uma empresa.
- **Estudante:** indivíduo que estuda e esteja regularmente matriculado em qualquer estabelecimento de ensino.
- **Jornalista:** indivíduo que exerce atividade jornalística.
- **Membro de ONG:** indivíduo que trabalha em uma organização não governamental.
- **Pesquisador:** pesquisador de universidade ou de instituição de pesquisa pública ou privada.
- **Profissional liberal/autônomo:** indivíduo que trabalha por conta própria e/ou que tenha formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida.
- **Senador:** membro do Senado Federal.
- **Servidor público:** indivíduo que exerce oficialmente cargo ou função pública.
- **Outros:** indivíduo com ocupação não contemplada nas categorias anteriores.

Pessoa jurídica: somatório das categorias: biblioteca/centro de documentação, empresa privada, empresa pública/estatal, escritório de advocacia, Executivo estadual, Executivo federal, Executivo municipal, imprensa, instituição de ensino/pesquisa, Judiciário estadual, Judiciário federal, Legislativo estadual, Legislativo municipal, Ministério Público, organização não governamental, Presidência da República, Senado, sindicato/conselho profissional; tribunais de contas, outros.

- **Biblioteca/centro de documentação:** instituição que dispõe produtos e serviços informacionais a um determinado público.
- **Empresa privada:** instituição jurídica de direito privado administrada pela esfera privada.

- **Empresa pública/estatal:** instituição jurídica de direito privado administrada pela esfera pública.
- **Escritório de advocacia:** empresa que presta serviços advocatícios.
- **Poder Executivo (federal, estadual e municipal):** órgão da administração direta do Poder Executivo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Nesta categoria, inclui-se a Presidência da República.
- **Poder Judiciário (federal e estadual):** órgão do Poder Judiciário da União, dos estados e do Distrito Federal.
- **Poder Legislativo (federal, estadual e municipal):** órgão do Poder Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Nesta categoria, inclui-se o Senado Federal.
- **Imprensa:** órgão de imprensa ou veículo de comunicação, público ou privado.
- **Instituição de ensino/pesquisa:** estabelecimento cuja finalidade seja de ensino e/ou pesquisa.
- **Ministério Público:** instituição permanente responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- **Organização não governamental:** instituição sem fins lucrativos.
- **Sindicato/conselho profissional:** associação que visa à defesa dos interesses de seus membros.
- **Tribunais de contas:** órgão responsável por exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- **Outros:** tipo de pessoa jurídica não contemplada nas categorias anteriores.

Estrangeiro: pessoa física e pessoa jurídica estrangeira, inclusive embaixadas e consulados de outros países.

Nota: Até o dia 19 de dezembro de 2016, a organização dos dados referentes às categorias de solicitantes era a seguinte:

Pessoa física: somatório dos cidadãos, jornalistas e pesquisadores.

Pessoa jurídica de direito privado: somatório das empresas e das entidades da sociedade civil organizada.

Pesquisadores: pesquisadores de universidades ou de instituições de pesquisa públicas ou privadas.

Outros órgãos de governo: autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e semelhantes da União, das unidades da federação e dos municípios.

Poder Executivo: órgãos da administração direta do Poder Executivo da União, das unidades da federação e dos municípios.

Poder Judiciário/Ministério Público: órgãos do Poder Judiciário e dos ministérios públicos da União e das unidades da federação.

Poder Legislativo/Tribunal de Contas: órgãos do Poder Legislativo e dos tribunais de contas da União e das unidades da federação.

Sociedade civil organizada: entidades sindicais, associações, organizações não governamentais, cooperativas, clubes, entidades do sistema S, grupos comunitários e semelhantes.

Conceitos relacionados à informação classificada em grau de sigilo

Autoridade classificadora: autoridade que detém o poder de atribuir grau de sigilo à informação. Na Câmara dos Deputados, as autoridades classificadoras são o presidente, os demais membros da Mesa Diretora e as autoridades administrativas ocupantes de função comissionada FC-5 ou superior, conforme disposto no art. 23 do Ato da Mesa nº 45/2012. No caso de órgãos colegiados, como as comissões e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o poder de classificação não é atribuído a uma autoridade singularmente, mas ao colegiado respectivo.

Classificação em grau de sigilo: restrição de acesso a informação, por tempo determinado, em função de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, conforme hipóteses descritas no art. 23 da LAI e no art. 18 do Ato da Mesa nº 45/2012.

Data de classificação: data em que a autoridade classificadora conferiu grau de sigilo a informação.

Data de produção: data em que a informação foi produzida, utilizada como termo inicial para a contagem do prazo de sigilo da informação classificada.

Desclassificação: ato que torna ostensiva informação classificada como sigilosa, ou seja, acessível a qualquer pessoa.

Órgão produtor: órgão da Câmara dos Deputados que detém a responsabilidade pela captura ou produção de informação.